



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**PARECER PRÉVIO Nº 42/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10037/2012.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsável:** Sr. Jair Aguiar Souto, Prefeito Municipal de Manaquiri e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 304/2015 (fls. 2298/2299).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 107/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 2300/2301).

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**Ementa:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2011.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a  
Aprovação com Ressalvas das Contas.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, os termos do Voto-Vista da Exma. Sra. Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, acolhido integralmente pelo Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO**, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c.c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002-RITCE/AM, e artigo 3º, III da Resolução nº. 09/1997 – TCE/AM, recomendando ao Poder Legislativo do Município de Manaquiri, que **APROVE COM RESSALVAS**, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor **JAIR AGUIAR SOUTO**, Prefeito Municipal, à época, na qualidade de Agente Político.

**10- Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 19 de Julho de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

De \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_



Proc. N°

Fls. N° \_\_\_\_\_

**PARECER PRÉVIO Nº 42/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: 2D5E76CF-C1B68A68-7303058B-CB928B43



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 42/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 42/2016 – TCE-Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE nº 10037/2012.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsável:** Sr. Jair Aguiar Souto, Prefeito Municipal de Manaquiri e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI – Informação nº 304/2015 (fls. 2298/2299).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 107/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 2300/2301).

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**Ementa:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2011.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multas. Prazo. Quitação. Determinações à SEPLENO. Adoção de Providências.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do Voto-Vista da Exma. Sra. Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, acolhido integralmente pelo Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

**9.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS**, nos termos do artigo 18, inciso II da Lei Complementar nº 06/1991 e artigos 1º, inciso II, 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 188, § 1º, inciso II, da Resolução TC nº. 04/2002 - RITCE, a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2011, de responsabilidade do Senhor **JAIR AGUIAR SOUTO**, Prefeito Municipal de Manaquiri e Ordenador de Despesas, à época;

**9.2-** Na forma prevista no artigo 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, **APLICAR** ao Senhor **JAIR AGUIAR SOUTO**, Prefeito Municipal de Manaquiri e Ordenador de Despesas, à época, as seguintes **MULTAS**:

**9.2.1- R\$ 3.288,09** (três mil, duzentos e oitenta e oito reais e nove centavos), na forma prevista no artigo 308, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – Regimento Interno, redação dada pelo artigo 2º, Resolução nº. 25, de 30 de agosto de 2012, pelo descumprimento dos artigos 1º e 3º, da Resolução nº. 06/2000; isto é, remessa extemporânea, a esta Corte de Contas, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária, previstos no §3º do artigo 165 da CR/1988, correspondente a R\$ **1.096,03**, por cada bimestre (1º; 2º; e 6º) de competência em que foi inobservado o prazo legal;

**9.2.2- R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), nos termos do parágrafo único, do artigo 53, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, valor atualizado pela Resolução nº. 25/2012, pelas impropriedades constantes dos itens 12.1; 12.2 e 12.4 do voto do Relator;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 42/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 42/2016 – TCE-Tribunal Pleno)**

**9.3- Fixar o prazo** de 30 (trinta) dias (artigo 174 do Regimento Interno) para que o Senhor **JAIR AGUIAR SOUTO**, Prefeito Municipal de Manaquiri e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual os valores das multas ora aplicadas, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei n. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução TC nº. 04/2002-RITCE;

**9.4- Dar quitação** ao Senhor **JAIR AGUIAR SOUTO**, Prefeito Municipal de Manaquiri e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 76 da Lei n. 2423/1996, c/c os artigos 178 e 189, inciso II, ambos da Resolução nº. 4/2002;

**9.5- DETERMINAR** à Secretaria do Tribunal Pleno que:

**9.5.1- Encaminhe** à atual Administração daquele Município, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

**9.5.2- Notifique** o Senhor **JAIR AGUIAR SOUTO**, Prefeito Municipal de Manaquiri e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e do presente Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

**9.6-** Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, **adotar as providências** do artigo 162, §1º, do RITCE.

**10- Ata:** 25ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 19 de Julho de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral